



ANEXO À ATA Nº 1/2023

Regulamento Eleitoral da CAP referido de folhas 34 a folhas 40 do Livro de atas número 16 da Assembleia Geral, aprovado na reunião da Assembleia Geral de catorze de fevereiro de dois mil e vinte e três

REGULAMENTO ELEITORAL

DA CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL

(a que se refere o nº 2 do artº 16º dos Estatutos)

CAPÍTULO I

ELEIÇÃO

Artigo 1º

Âmbito

- 1 – O presente regulamento estabelece as regras aplicáveis ao processo de eleição de todos os Órgãos Sociais da Confederação dos Agricultores de Portugal: Mesa da Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal.
- 2 – Nas matérias cuja regulamentação expressa não seja estabelecida neste regulamento deverá atender-se às disposições aplicáveis dos estatutos respeitantes à Assembleia Geral.

Artigo 2º

Convocatória

- 1 – A Assembleia Geral da CAP reúne de 3 em 3 anos, até 30 de abril, para fins eleitorais, nos termos do art.º 20º, nº 2 dos Estatutos da CAP.
- 2 - A Assembleia Geral, funcionando como assembleia eleitoral, deve ser convocada com a antecedência mínima de 45 dias por meio de carta registada ou correio eletrónico através do endereço constante dos registos da Confederação, expedido para todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais. A convocatória deverá ainda ser publicitada no portal da Confederação.



3 – Da convocatória constará:

- a) O dia da realização da assembleia eleitoral e o horário de votação;
- b) Que a votação se fará por recurso apenas ao voto eletrónico recorrendo a plataforma;
- c) A data limite para a apresentação das listas candidatas e o endereço eletrónico para o qual devem ser enviadas.

Artigo 3º

Caderno eleitoral

1 – Até 3 dias após o envio da convocatória para a assembleia eleitoral, a lista dos associados da Confederação no pleno gozo dos seus direitos sociais, datada, rubricada e assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, será publicada no portal da CAP.

2 – Qualquer associado poderá até 30 dias antes da data designada para a assembleia eleitoral, reclamar por escrito da respetiva inclusão ou omissão na lista em causa.

3 – As reclamações serão apreciadas pela Comissão Eleitoral, até 25 dias antes da data do ato eleitoral, com conhecimento da decisão ao associado reclamante e reclamado, se a decisão consistir na eliminação da lista de associados.

4 – A relação dos associados eleitores, após retificada em função da procedência de eventuais reclamações, constituirá o Caderno Eleitoral.

Artigo 4º

Listas

1 – As listas, subscritas por, pelo menos 20 associados, serão remetidas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até 30 dias antes do dia da assembleia eleitoral, por correio eletrónico para endereço a indicar na convocatória para a assembleia eleitoral.

2 – As listas serão apresentadas da seguinte forma: nomeação de todos os cargos eletivos nos termos dos estatutos; indicação dos nomes das pessoas singulares para cada um dos cargos e organização associada da CAP que representam. Com a apresentação da Lista deverá ser indicado um mandatário e respetivos dados de contacto.

3 – Os associados da CAP não poderão subscrever nem participar em mais do que uma lista no mesmo processo eleitoral.

4 – As listas candidatas serão distinguidas entre si pela atribuição de uma letra maiúscula, da competência da Comissão Eleitoral.

5 – Se no prazo referido no nº 1, não forem apresentadas listas candidatas, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral notificará a Direção em exercício, por escrito, dessa situação, no prazo de 48 horas seguintes ao termo do prazo para apresentação de listas, ficando esta obrigada a apresentar uma lista, até ao décimo quinto dia anterior ao ato eleitoral.

Artigo 5º

Comissão Eleitoral

1 – A Comissão Eleitoral será composta pelos 3 membros da Mesa da Assembleia Geral da Confederação: Presidente, Vice-Presidente e Secretário, a que serão agregados os mandatários indicados por cada uma das listas candidatas.

2 – Com o envio de cada lista, os proponentes terão de indicar um mandatário.

3 – Até ao décimo dia anterior ao ato eleitoral, a Comissão Eleitoral e o(s) mandatário(s) deverão comprovar a conformidade das Listas com os Estatutos e com o Regulamento Eleitoral e atribuir uma letra maiúscula a cada uma das Listas, elaborando uma ata.

4 – A decisão a que se refere o número anterior será tomada por maioria simples de votos dos presentes e dela não cabe recurso, sem prejuízo da impugnação judicial a que se refere o nº 3 do artº 12º.

5 – A reunião a que se refere o nº 3 do presente artigo só poderá realizar-se se à hora marcada pelo Presidente da Mesa estiverem presentes, pelo menos, metade dos elementos que nela têm direito a participar. Dez minutos mais tarde, poderá funcionar com qualquer número de elementos.

6 – Se for detetada qualquer irregularidade, o mandatário da respetiva lista disporá das 48 horas seguintes para a sua correção, sob pena da lista não poder ser considerada.

7 – Se houver uma lista única e esta vier a ser considerada inválida por aplicação do disposto no número anterior, a Direção será imediatamente notificada nos termos e para os efeitos do disposto no nº 5 do artº 4º, devendo apresentar uma lista nas 48 horas seguintes.

8 - Até ao sétimo dia anterior ao designado para o ato eleitoral, o Presidente da Mesa da Assembleia, em nome da Comissão Eleitoral, fará afixar no portal da Confederação, a relação das listas que se apresentam a concorrer às eleições.

9 – A Comissão Eleitoral cessa funções 48 horas depois do apuramento dos resultados das eleições.

CAPÍTULO II

ASSEMBLEIA ELEITORAL

Artigo 6º

Funcionamento

1 – A assembleia eleitoral é constituída por todos os associados da CAP, no pleno gozo dos seus direitos sociais, cabendo às Associações Regionais, às Especializadas e às Cooperativas, 1 (um) voto; às Federações de Associações Regionais e Especializadas, bem como às Uniões e Federações de Cooperativas Agrícolas, 2 (dois) votos

2 – O voto por procuração não é admitido.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTO ELEITORAL

Artigo 7º

Forma de eleição – Voto Eletrónico

1 – Os membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal são eleitos por maioria absoluta, em assembleia geral ordinária, por listas e escrutínio secreto.

2 – A votação será realizada por recurso ao voto eletrónico, recorrendo a plataforma que deverá garantir a autenticidade e caráter secreto do voto de cada eleitor, bem como auditabilidade de todo o processo.

3 – A plataforma informática onde residem as aplicações utilizadas para permitir o acesso aos boletins de voto e recolher os votos, será disponibilizada em infraestrutura tecnológica independente, não utilizando qualquer recurso que seja propriedade ou sob gestão efetuada pela Confederação dos Agricultores de Portugal.

4 – Para os procedimentos de abertura e encerramento da assembleia eleitoral serão geradas 3 chaves individuais de acesso atribuídas a 3 membros, sendo uma atribuída ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, outra ao Secretário da Mesa e outra ao Presidente do Conselho Fiscal. A abertura da assembleia eleitoral, bem como o seu encerramento e posterior apuramento de resultados, deve obrigar a procedimento de autenticação simultânea das 3 chaves indicadas no período anterior.

Artigo 8º

Período da eleição

1 – As eleições decorrerão durante 1 dia útil da semana, em horário a designar pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, na convocatória da assembleia geral eleitoral.

2 – Durante o período de funcionamento da plataforma eleitoral, os eleitores poderão votar através dos meios eletrónicos próprios, usando os elementos de identificação previstos neste regulamento.

Artigo 9º

Acesso à plataforma

1 – O acesso à plataforma eleitoral onde são disponibilizados os boletins de voto, será feito por recurso à autenticação constituída por pelo menos dois elementos, que serão disponibilizados por identificação de eleitor (username) e PIN.

2 – Os dois elementos necessários para acesso à plataforma eleitoral serão enviados por correio eletrónico, de forma isolada e em datas diferentes, para endereço eletrónico/SMS indicado em credencial emitida pela Direção do associado da Confederação, após solicitação da Confederação para o efeito.

3 – No caso de um eleitor perder o acesso às credenciais que lhe foram disponibilizadas, mencionadas nos nºs 1 e 2 deste artigo, as mesmas poderão ser reenviadas, com anulação automática das anteriores.

Artigo 10º

Boletim de voto

1 – Nos termos do art.º 6º nº 1, aos eleitores com direito a 1 voto será disponibilizado 1 boletim de voto, e aos eleitores com direito a 2 votos serão disponibilizados 2 boletins.

2 – A plataforma permitirá: que o eleitor escolha uma das listas por cada boletim disponibilizado; não escolha qualquer lista (voto em branco); ou invalide o voto (voto nulo).

3 – No final da votação será mostrado ao eleitor a escolha que efetuou, sendo-lhe facultado finalizar a votação, ou rever o seu sentido de voto. Após finalizar a votação, deverá ser disponibilizado ao eleitor um recibo de voto em formato eletrónico.

CAPÍTULO IV

APURAMENTO

Artigo 11º

Resultado eleitoral

1 – O resultado eleitoral será obtido após o encerramento da plataforma eleitoral através da introdução das 3 chaves distribuídas nos termos do disposto no artº 7º, nº 4, cabendo aos serviços de apoio técnico a operação de finalização e apuramento, perante a Comissão Eleitoral e o(s) mandatário(s) da(s) lista(s) candidata(s).

2 – O resultado apurado será comunicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que por sua vez o transmitirá ao mandatário(s) da(s) lista(s), anunciando-o publicamente no portal da Confederação, com indicação de número de eleitores, número de votos expressos, número de votos obtidos por cada uma das listas, votos em branco e votos nulos.

3 – Será eleita a lista que obtiver a maioria absoluta de votos expressos.

4 – Se nenhuma das listas alcançar a maioria absoluta de votos expressos, o ato eleitoral será repetido em dia imediatamente anunciado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CAP, dentro dos 15 dias seguintes, sendo proclamada eleita a lista que então obtiver maior número de votos.

5 – Num dos 3 dias seguintes a CAP comunicará, por escrito, a todos os associados, a repetição do ato eleitoral, com indicação do dia, período eleitoral, endereço de votação e das listas sujeitas a votação.

Artigo 12º

Reclamações

1 - Quaisquer reclamações sobre o ato eleitoral deverão ser apresentadas à Comissão Eleitoral no prazo de 24 horas após o apuramento do resultado eleitoral, e decididas por esta, também no prazo de 24 horas, após a apresentação da reclamação.

2 – Nas decisões sobre as reclamações deverá ser ouvido o mandatário(s) da(s) lista(s) candidata(s), desde que contactável(eis).

3 – Da decisão tomada nos termos dos números anteriores cabe recurso para os tribunais.

Artigo 13º

Ata da Assembleia Eleitoral

Após o apuramento do resultado eleitoral referido no artº 11º, deverá ser elaborada uma ata com indicação expressa do dia e período de realização da assembleia eleitoral; o número total de associados e o de votos expressos; o número de votos obtidos por cada uma das listas; número de votos em branco e de votos nulos; e a lista eleita, com discriminação dos Órgãos Sociais, titulares dos Órgãos Sociais eleitos e respectiva organização associada da CAP que representam.

Artigo 14º

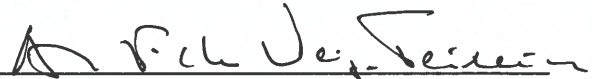
Posse

Os membros eleitos tomarão posse até ao 15º dia contado da data em que se realizou o ato eleitoral.

Lisboa, 14 de fevereiro de 2023

Este anexo à ata nº 1/2023 tem seis folhas, todas rubricadas, e a última assinada por mim próprio, Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pela Secretária da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



A Secretária da Mesa da Assembleia Geral

